

A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA ENQUANTO MERCADORIA: UM OLHAR SOBRE O BAIRRO DE VARGEM GRANDE (RIO DE JANEIRO, RJ)

Aluna: Clara Machline Ribeiro de Oliveira

Orientador: Álvaro Ferreira

Grande parte da produção geográfica atual tem revelado o papel e a importância do espaço na reprodução do capital. Muitos geógrafos se debruçam sobre o tema e contribuem para uma discussão na qual se recorre tanto a autores clássicos como a seus críticos e os que se propuseram a atualizar suas idéias. Neste sentido, entendemos que a Geografia pode corroborar para a compreensão dos processos pelos quais a sociedade tem passado, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento das ciências humanas, para uma nova visão dessa sociedade, quiçá para sua transformação. A partir disso, percebemos como se torna importante que se pense o espaço, que se entenda a maneira com que ele é construído, concebido e vivido, pois “em seu processo de extensão, o capitalismo, longe de prescindir do espaço, realiza-se por meio deste - reproduzindo o espaço em um ‘novo patamar’” [2]. A centralidade do espaço na reprodução capitalista apontada pela autora adquire uma crescente importância no atual processo de globalização, com uma nova significação e novas estratégias de exploração, resultando na geração de novas contradições.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa busca compreender como se dá a apropriação do espaço no bairro de Vargem Grande, Rio de Janeiro. Neste lugar há uma especificidade em relação ao restante da Cidade, que é a existência de um parque florestal e a marcante presença da floresta, o que faz (como será tratado) com que o capital se aproprie do espaço de uma maneira muito específica, a partir da comercialização da natureza, de sua transformação em mercadoria. Nossa questão é entender de que maneira se dá essa apropriação, utilizando, como exemplo, os restaurantes localizados no bairro. Para tal fim, o texto é dividido em duas partes. Na primeira, a evolução urbana do Rio de Janeiro é relacionada com a evolução de Vargem Grande para objetivando entender as especificidades do bairro. Na segunda parte, será trabalhado como o espaço se torna mercadoria, a partir da natureza enquanto mercadoria.

Vargem Grande é um bairro localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Com uma área de 3.938,04 ha e uma população de 9.306 pessoas, se encontra na Região Administrativa da Barra da Tijuca, fazendo limite com os bairros Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Camorim, Jacarepaguá, Senador Câmara, Campo Grande, Guaratiba e Barra de Guaratiba (ver Foto 1).

Foto 1: Foto aérea com destaque para o Bairro de Vargem Grande (contorno em azul) e os bairros vizinhos (contorno em vermelho).



Vargem Grande localiza-se no sopé do Maciço da Pedra Branca (que em grande parte é protegido pelo Parque Estadual da Pedra Branca) e dentro desse contexto, a imagem do bairro de Vargem Grande no imaginário carioca é a de um bairro rural, um espaço onde a paz e tranquilidade predominam, em que as principais atividades são as ligadas ao campo. A grande cobertura verde pertencente ao Parque Estadual da Pedra Branca proporciona uma paisagem deveras agradável (Foto 2). Porém, quando se observa o lugar com uma visão mais crítica, essa imagem parece dissolver-se e os valores urbanos lá presentes saltam aos olhos do observador. Não é por acaso que a floresta do Parque Estadual é considerada, por especialistas, como uma floresta urbana (também não por acaso, a maior do mundo).

Historicamente Vargem Grande (assim como Vargem Pequena e Camorim, à época engenhos) pertencia ao Mosteiro de São Bento deixada como herança por Vitória Correia de Sá em 1667. Sua produção era voltada basicamente a produtos como açúcar, carne, anil e materiais de construção (tijolos, telhas e madeira). Durante o século XIX houve também uma larga produção de café [4]. Em 1891 as terras foram vendidas a duas empresas: Banco do Crédito Móvel e Companhia Engenho Central de Jacarepaguá. “Ao Banco elas foram transferidas quando a Companhia Engenho Central de Jacarepaguá foi extinta. Estas companhias haviam comprado do Mosteiro de São Bento que, por sua vez, recebeu grande parte das terras como doação de Dona Vitória de Sá, em 1667” [4].

A cidade do Rio de Janeiro, desde os anos de 1980, e com maior intensidade nos anos 90, teve sua expansão física muito acentuada em direção à Zona Oeste. Porém, o Estado desde muito antes previu e “preparou” essa expansão através do Plano Piloto para a ocupação da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, durante a gestão do governador Francisco Negrão de Lima (1968/1971). Leitão [8] afirma que

o final dos anos 60 registraria, no entanto, aquela intervenção do poder público na estruturação do espaço urbano carioca em que seriam evidenciados, de forma nítida, os elos que unem o Estado capitalista aos grandes grupos financeiros, imobiliários e industriais: a ocupação da Barra da Tijuca, regulada por um plano urbanístico elaborado, especificamente, para a anexação desta fronteira de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro.

A preparação para tal expansão se deu através de investimentos em infra-estrutura urbana e da construção de um complexo sistema viário, composto por túneis, estradas, viadutos e elevados. De acordo com Leitão [8], essa nova frente de urbanização se caracteriza como extensão das áreas residenciais litorâneas (referindo-se à Copacabana-Ipanema-Leblon).

Foto 2: Propriedade em Vargem Grande com vista para o Maciço da Pedra Branca



Assim, o bairro tem passado por transformações, principalmente desde a década de 1990, que podem ser percebidas através dos depoimentos de proprietários de estabelecimentos com maior tempo de existência no lugar. Um proprietário de haras se manifesta a esse respeito:

“Eu sinto muita diferença, Vargem Grande hoje ainda comporta ter cavalo, ter um haras. Antes de eu começar com o haras, na década de 90, todo mundo tinha cavalo aqui e vinha pra passear a cavalo. Hoje pra andar a cavalo em Vargem Grande só se você souber andar a cavalo direito e subir nos morros, nas trilhas. Porque aqui já não dá mais para andar, é cheio de asfalto, cheio de gente. Essa explosão imobiliária que teve aqui tirou esse perfil de campo, de rural. Ainda tem, mas menos. Hoje a gente tem muito cavalo aqui de corrida, de prova de salto, de tambor. Mas antigamente só tinha Manga-larga, de passeio”. (Carlos Niemeyer- Haras do Carlinhos)

Pode ser notada, desta maneira, uma tendência para a crescente urbanização do bairro, com o acréscimo de equipamentos urbanos, mas ainda se mantendo a “natureza” visível, principalmente a floresta das encostas. É dessa forma que os estabelecimentos comerciais do bairro podem ter um apelo comercial voltado para a natureza: Vargem Grande sendo percebido como um espaço rural.

Presentemente, a Barra da Tijuca passa por um *boom* imobiliário sem precedentes e o Recreio dos Bandeirantes, anteriormente uma reserva de valor, cada vez mais está integrado à lógica da

especulação imobiliária. Lago [9] ao tratar da expansão urbana do Rio de Janeiro durante os anos 90, afirma que “o reaquecimento da produção intensificou a renovação do estoque nas zonas sul e norte e a expansão da Barra da Tijuca, que passa a tender a uma demanda mais diversificada”. Já em 1987, Abreu mostra como a Cidade sofreu uma tendência em seu processo de urbanização nessa direção:

(...) Note-se entretanto, que embora essa nova área da cidade ainda esteja esparsamente habitada, o Estado-em associação com o capital privado já vem investindo grandes somas na sua “preparação” (abertura de estradas e ruas, pavimentação,, iluminação pública, instalação de infra-estrutura, etc.), em detrimento de investimentos as urgentes e mais necessários que poderiam ser realizados nas zonas suburbanas da cidade ou na periferia metropolitana. [1]

Como Vargem Grande localiza-se a Norte do bairro do Recreio dos Bandeirantes também entra nesse eixo de expansão da Cidade. No entanto, este bairro guarda uma especificidade, que é a presença, não só da floresta (que também está presente de certa forma em toda a cidade), mas um clima, um “ar” rural, bucólico. Com as mudanças pelas quais passou o bairro nos últimos anos pode-se perceber que a natureza em Vargem Grande é comercializada, assim, “o espaço onde é possível encontrar a ‘paisagem natural intocada’ é transformado para ganhar outro uso e ser consumido como sendo extensão do urbano” [12], A Foto 3 mostra o vale onde se encontra o eixo da urbanização do bairro, podendo-se perceber que a floresta e a área urbanização se encontram, estando o bairro cercado pelo verde.

Foto 3: Foto aérea de um dos principais eixos urbanizados do bairro de Vargem Grande



Segundo o Instituto Pereira Passos (dados de 2001), apenas 28,49% da área total do bairro é urbanizada e/ ou alterada [6]. A presença dessa “paisagem natural intocada, coloca uma questão em relação às empresas do lugar (especificamente os restaurantes) a partir da contradição entre o

crescimento do bairro (e sua progressiva urbanização) e o imaginário de um "ar bucólico". Os restaurantes, haras, lojas de plantas ornamentais etc, vendem serviços que têm um valor agregado pelo clima "rural", criado a partir da presença da natureza. A procura por esses estabelecimentos tem crescido juntamente com o próprio bairro, com sua urbanização que provavelmente tornará a "natureza" mais escassa, mesmo com a presença do Parque Estadual da Pedra Branca.

O Parque marca profundamente o bairro de Vargem Grande, pois as matas localizadas no maciço da Pedra Branca são protegidas, pelo menos em tese. Segundo Oliveira [10], "essa unidade de conservação tem a extensão de 12.398 ha (o que representa 16% do município do Rio de Janeiro) (...). Seu limite oficial é a cota de 100 metros, englobando, assim, cerca de 70% do maciço". O maciço, por sua vez, está presente em diversos bairros do Município, não só da zona oeste (como Vargem Pequena, Camorim etc), como também da zona norte (Madureira, Bangu, Campo Grande etc). Ainda segundo o autor, "o Maciço da Pedra Branca vive atualmente um acelerado processo de desenvolvimento das atividades urbanas em seu entorno e de expansão da degradação ambiental". A floresta, desta forma, tem se tornado cada vez mais frágil, frente à pressão da ocupação e existem alguns fatores que tornam essa fragilidade ainda mais intensa. Um exemplo é o fato de que "dispõe-se, sobre o Maciço da Pedra Branca, de um conjunto de conhecimentos científicos muito reduzidos se comparado ao maciço da Tijuca. Essa situação é ainda mais inquietante quando se considera ser a zona oeste o pólo de crescimento da cidade do Rio de Janeiro" [10]. A importância desse ambiente se dá, além de tudo, por ser uma mata que contém "várias espécies de madeira de lei, muitas raras e endêmicas, tais como o raro jequitibá (*Cariniana legalis* e *Cariniana estrellensis*), tapinhoã, a endêmica nós-moscada-silvestre, somente encontrada no município do Rio" [3].

A criação do Parque começou a ser pensada quando, no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro começou a sofrer as conseqüências do desmatamento de suas florestas.

(...) A devastação que ocorreu no Estado para dar lugar às diversas culturas também se alastrou na região. O eventual comprometimento de tais recursos impulsionou a primeira iniciativa de proteção em 1908, quando o governo federal adquiriu as áreas dos mananciais do Rio Grande e do Rio Camorim, visando o aprimoramento dos sistemas de captação e distribuição de água potável, que havia sido represada desde o século XIX para o abastecimento das populações vizinhas. [3]

Segundo a fonte acima citada o Parque Nacional da Tijuca também teve a raiz de sua criação no mesmo contexto de crescimento da população da cidade do Rio de Janeiro e da falta de água.

No entanto, a fundação do Parque Estadual da Pedra Branca se deu mais tarde. Antes disso, ainda na primeira metade do século XX, "o governo federal instituiu as Florestas Protetoras da União de Camorim, Rio Grande, Caboclos, Batalha, Guaratiba, Quininha, Engenho Novo de Guratiba, Colônia, Piraquara e Curicica com o objetivo de proteger os recursos vitais"[3]. Somente em 1963, pelo Decreto nº 1.634, a área foi declarada de utilidade pública para que fosse desapropriada. Após mais de 10 anos, em 1974, passada uma longa fase de estudos, "o Parque Estadual da Pedra Branca foi criado, por meio da Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974, cujos limites englobam, inclusive, as Florestas Protetoras da União" [3].

O que ocorre é que a Floresta da Pedra Branca, que ultrapassa os limites do Parque, vem perdendo terreno para a urbanização. Assim, o crescimento da parte urbanizada e a diminuição da área florestada têm gerado uma ampla discussão entre os moradores, empresários e construtores de Vargem Grande, pois o bairro nunca possuiu regras para sua ocupação. Em 30 de maio de 2006 foi

aprovado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca, contendo orientações para a ocupação urbana da região. Este projeto possui trechos bastante polêmicos e não há dúvidas de que muitas partes ainda sofrerão mudanças. O que interessa para o presente trabalho é o fato de que todas as terras situadas entre as cotas 60m e 100m (onde começa o Parque Estadual da Pedra Branca) são consideradas ZRU (Zona Residencial Uni/ Multifamiliar). Isso significa que o estado permite a construção de grupamentos multifamiliares (condomínios) nas encostas, o que não constava na legislação anterior. Com o estado regulamentando esse tipo de urbanização, as encostas poderão perder boa parte de sua área verde, remetendo a reflexão para a contradição vivida pelos restaurantes. Um trecho do PEU que ajuda a entender o processo é o Artigo 39 e seu §1º[7]:

Art. 39. Na área abrangida por este PEU não será permitida, sob qualquer condição, a abertura de vias públicas acima da cota mais sessenta metros.

§1º. Será autorizada a abertura de vias internas em grupamentos residenciais unifamiliares entre as cotas sessenta metros e cem metros, por iniciativa de particulares, aproveitando as vias e trilhas informalmente existentes, que servem de acesso às propriedades situadas nessas encostas.

Essa parte do PEU mostra que o estado não se responsabiliza pela abertura de vias entre as cotas 60 e 100 metros, deixando essa responsabilidade para grupamentos residenciais unifamiliares, ou seja, condomínios (ou dos construtores que os possuem). Depreende-se daí que o adensamento populacional em Vargem Grande tende a aumentar e que o estado entrega grande parte da responsabilidade pela organização desse espaço ao construtor.

Assim, pode-se voltar à questão dos empreendimentos que em certa medida comercializam o verde em Vargem Grande, como restaurantes e haras que cada vez mais terão que lidar com a ocupação do solo e a diminuição da área verde. Desta forma, questiona-se como essa reprodução do capital continuará a ser realizada. Será que essas empresas terão que mudar seu perfil ou mudar sua localização? Em entrevista, o dono de um estabelecimento bastante tradicional de Vargem Grande afirma que “no dia em que construírem um prédio aqui na frente eu mudo, na mesma hora, meu restaurante para Parati” (Aylton de Oliveira).

Assim, percebe-se que esta contradição entre o crescimento urbano e a preservação da Mata Atlântica agregando valor aos serviços oferecidos é uma questão marcante em Vargem Grande e não pode ser compreendida sem a apropriação da natureza pelo capital. Também é necessário se levar em conta a produção do espaço que, afinal de contas, é o que se compra, é a esfera onde é realizado o capital, a esfera onde é realizado o ser humano. Diferente de ser apenas um palco, o espaço marca profundamente o homem, dá condições para sua existência e, ao mesmo tempo, é produto de suas relações.

A natureza atualmente é também mercadoria, “agregadora” de valor a determinados produtos comercializados, apresentando-se como uma grande e lucrativa saída para os chamados “gargalos” do capital. Porém é na escala do lugar que ela se manifesta, quando se observa o pequeno, e não o global, que a mercadoria natureza é notada como um produto sobre o qual muito se ganha. Para isso, como será visto adiante, é necessário que ela seja muito valorizada enquanto um bem cada vez mais raro, que ela seja considerada como algo que se possa consumir. Assim, “a questão ecológica invade a vida cotidiana produzindo uma nova necessidade na base da sociedade de consumo. A

formação e a disseminação da consciência ecológica induz um gosto e uma preferência de consumo” [12].

E como entra o espaço na relação capital – “natureza”? Santana [12], ao tratar do ecoturismo, afirma que “a noção de espaço construído é ampliada. Outrora, quando os elementos naturais eram abundantes não havia necessidade de produzi-los, mas nas circunstâncias atuais é possível fomentar a idéia de produzir um espaço para o ecoturista”. Desta maneira, pretende-se abordar a questão do espaço, enquanto meio, produto e condição, e como ele entra na lógica da reprodução do capital, tendo em mente que “o capitalismo se apropria do espaço existente e tende a criar seu próprio espaço” [11]. Quando se pensa em “criar o espaço” é importante deixar claro que não necessariamente pensamos no surgimento de um novo espaço, ou mesmo na construção física, ou seja, de formas. O caso de Vargem Grande se dá justamente pelo que é deixado, pelo que poderia ser destruído, mas se decide manter. Desta maneira, percebe-se, à primeira vista, que o espaço que ainda guarde resquícios de “paisagem natural” pode ser explorado como um espaço com um diferencial e, conseqüentemente, ele entra na lógica do capital, em uma lógica vinda de “fora”, não pertencente ao lugar, desta forma,

as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental do mundo de hoje: muitas ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra. [13]

As necessidades alheias as quais se refere Milton Santos, no bairro estudado, aqui são notadas como a crescente “necessidade” do homem atual de se estar em contato com o “verde”, com a “natureza”. O bairro se mostra um lugar privilegiado para que essa lógica seja implementada, um espaço que vai adquirindo funções novas (vindas de fora) a partir de formas pré-existentes (a floresta), percebe-se como estabelecimentos, muitas vezes de construção simples, não muito sofisticadas, apelam para o estilo “rústico”, se encaixando “perfeitamente” com a floresta ao fundo, ou seja, há a possibilidade para proprietários dos restaurantes extrair lucro por estarem em um lugar que possua essa área verde. Quanto à dita “escala de realização das ações”, em relação ao seu comando, nota-se que não é necessariamente um “comando” propriamente dito, mas um movimento do mercado mundial. Como será visto adiante, há uma valorização que se dá em diversas escalas, inclusive mundialmente, com grandes corporações transnacionais e o próprio movimento que criou o Protocolo de Kyoto (em que o carbono adquire inclusive um peso de troca). Porém, é na escala do lugar em que essa valorização se realiza materialmente. Como se observa no caso de Vargem Grande e em outros lugares (principalmente aqueles voltados para o ecoturismo), são adquiridas funções que estão dentro desse atual processo mundial.

Com isso, percebe-se que o espaço é socialmente produzido e que todo espaço é, de fato, um espaço social. Ora, se falamos em modo de produção produzindo um espaço, deve-se ter em mente que se estuda não o espaço em si, mas seu processo de produção. Para entender o espaço dentro desta visão, deve-se notar que “a espacialidade não se define em si, e o espaço não se reduz a um quadro físico (como faz o planejamento); ao contrário, indica um processo que ganha conteúdo na prática socioespacial, cuja dinâmica revela o movimento da sociedade” [2]. Nesse mesmo sentido, Oseki [11], apoiado nas idéias de Lefebvre, nos ajuda a entender o espaço partindo de sua produção:

O produto espaço não é um objeto, uma coisa, mas um conjunto de relações. Não é passivo nem vazio, não tem a troca e o consumo como única finalidade e sentido, como se dá com outras mercadorias (...). Como produto, sincrônica e diacronicamente, o espaço intervém na produção social.

Assim, a exploração da natureza enquanto mercadoria deve ser encarada como um “momento” que produz (e ao mesmo tempo é produzido por) um tipo de espaço com características próprias e específicas, que são, na verdade um processo, o espaço é construído, confirmado e contestado a todo instante.

Referências Bibliográficas:

- 1 - ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP. 2006. 156 p.
- 2 – CARLOS, A. F. A. A Reprodução da Cidade como Negócio. In: CARLOS, A. F. A., CARRERAS, C. (orgs.). **Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a MetrÓpole**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-37.
- 3 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Atlas das unidades de conservação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Metalivros, 2001. 48 p.
- 4 - FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do Rei: Uma História Fundiária da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. : Garamond, 1999. 304 p.
- 5 - INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Mapa do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/ipp> > Acesso em 23 de Jun. 2007.
- 6 - INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.rio.rj.gov.br/ipp> > Acesso em 04 de Jun. de 2007.
- 7 - RIO DE JANEIRO (Município). Lei Municipal Complementar n° 79, de 30 de Maio de 2006.
- 8 - LEITÃO, G. **A Construção do Eldorado Urbano: O Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá - 1970/1988**. Niterói: EdUff, 1999. 132 p.
- 9 - LAGO, L. C. A metrópole desigualmente integrada: as atuais formas de produção e (não) acesso ao espaço construído do Rio de Janeiro. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2001, p. 1530-1539.
- 10 - OLIVEIRA, R.R. Os Cenários da Paisagem. In: OLIVEIRA, R. R. **As Marcas do Homem na Floresta: História Ambiental de um trecho de Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 23-33.
- 11 - OSEKI, J. H. O único e o Homogêneo da produção do espaço. In: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 109- 119.
- 12 - SANTANA, P. V. A Mercadoria Verde: A Natureza. . In: DAMIANI, A. L., CARLOS A. F. A., SEABRA, O. C. L. (orgs.) **O Espaço no fim do século: A nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-189.
- 13 - SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp. 2006. 384 p.

